



ESTADO DE RONDÔNIA  
Poder Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
PORTO VELHO  
ESTADO DE RONDÔNIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 128 /CMPV/1987

PROJETO DE RESOLUÇÃO  
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES  
PROJEITOS  
LEI Nº  
RESOLUÇÃO Nº 128  
DE LEGISLATIVO Nº  
DATA 03/10/87

Dispõe sobre a concessão de palavra aos cidadãos em sessões e comissões do Legislativo Municipal.

Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho, faço saber que o Plenário aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º - O cidadão que o desejar poderá usar a palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Divisão de Expediente, antes de iniciada a sessão.

Parágrafo único - Ao se inscrever na Divisão de Expediente o interessado deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar termos que não tenham sido expressamente mencionado na inscrição.

Art. 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

Art. 3º - Ressalvada a hipótese de expressa determinação do Plenário em contrário, nenhum cidadão poderá usar a tribuna da Câmara nos termos desta resolução período maior que 15 (quinze) minutos sob pena de ter a palavra cassada.

Parágrafo único - Será igualmente cassada a palavra ao cidadão que usar linguagem incompatível com a dignidade da Câmara.

Art. 4º - O Presidente da Câmara proverá ampla divulgação da pauta da Ordem do Dia das sessões do Legislativo, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões.

Art. 5º - Qualquer associação de classe, clube de serviços ou entidade comunitária do município poderá solicitar ao Presidente da

José



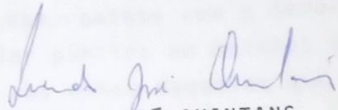
ESTADO DE RONDÔNIA  
Poder Legislativo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
PORTO VELHO  
ESTADO DE RONDÔNIA

Câmara que lhe permita emitir conceito ao opiniões, junto às Comissões do Legislativo, sobre projetos que neles se encontrem para estudo.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento indicando, se for o caso, dia e hora para o promunciamiento e seu tempo de duração.

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de Abril de 1987

  
LUCINDO JOSÉ QUINTANS  
VEREADOR - PDT